

hou implantar no País em 25 de agosto do ano passado e nos dias subsequentes, e que encontrou o repúdio dos bravos soldados do Brasil.

Tenho a convicção de que os maus brasileiros não poderão instituir uma ditadura, onde ninguém tem direitos, a não ser uma minoria dominante, que se atribui todas as vantagens à custa da miséria dos demais, se contarmos sempre com soldados como estes que aqui se encontram. O combate ao comunismo há de ser realizado por nós mesmos, dentro dos princípios e do Estado democrático, não havendo necessidade de sujeição do povo a desastrosos regimes de exceção ou extralegais. Os ideais do povo brasileiro não de ser baseados sem que para isso tenhamos de deixar de ser os democratas que somos. Vivemos em uma democracia que é muito mais capaz de atingir as legítimas aspirações nacionais do que a mais bem organizada das ditaduras.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Modesto Guglielmi.

O SR. MODESTO GUGLIELMI — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, tivemos a oportunidade de denunciar da tribuna da Assembleia aspectos negativos das relações comerciais do Brasil com os países latinos. O Conselho Nacional de Economia, Sra. Presidente, reunido no dia 28 do corrente mês, concebiu, em parecer enviado ao Ministério das Relações Exteriores, que a política de acordos comerciais do Brasil com os países socialistas tem provocado resultados inteiramente negativos, apontando como motivo deste fato os contrastes existentes entre os sistemas de economia, ali dirigida e centralizada, com o nosso regime livre.

Por outro lado, Sra. Presidente, a revista "O Cruzeiro", há poucos dias, referindo-se aos acordos comerciais celebrados entre o Brasil e os países da "cortina de ferro" apontou outros aspectos negativos, informando o governo brasileiro e o povo que os produtos recebidos dos países socialistas não se prestam para o consumo brasileiro.

Veja então, Sra. Presidente e vejam Srs. deputados, que assistia razão à revista "O Cruzeiro", como assiste razão à "A Gazeta", de São Paulo, que ontem, em manchete, denunciava estes aspectos negativos.

O Brasil errou, e errou muito. Sra. Presidente, em tratar relações comerciais com a Rússia. Fez um péssimo negócio e ainda está em tempo do governo brasileiro, através do Ministério das Relações Exteriores, rever o problema. (Muito bem! Não apoiado!)

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Antônio Donato.

O SR. ANTÔNIO DONATO — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, estou encaminhando à doula Mesa a seguinte indicação:

(Lê)
Considerando que São Carlos apresenta grande desenvolvimento, com enorme movimento comercial, industrial e agro-pecuario;

Considerando que os bairros Santo Antônio, Vila Elizabeth, Vila Faria e Vila São José congregam cerca de 14 da população de São Carlos e se encontram bem distanciados do centro da cidade;

Considerando que o volume dos negócios realizados nos bairros acima referidos, reclama a instalação de uma sub-agência bancária.

Indico ao Senhor Governador do Estado, na forma regimental, determinar junto à Caixa Econômica Estadual os estudos necessários para a instalação de uma sub-agência desse estabelecimento de crédito na Vila Nery, em São Carlos, por se tratar de centro de bairros de população intensa e sede de comércio, indústrias e lavoura dos mais movimentados.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Carlos Kherlakian.

O SR. CARLOS KHERLAKIAN — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, Quero, desta tribuna, endereçar um veemente apelo ao Sr. Secretário da Segurança Pública no sentido de que S. Exa. despache com a urgência possível, os requerimentos enviados à apreciação daquele ilustre titular e que dizem respeito ao pagamento da gratificação das guarnições especiais aos componentes da Guarda Civil e da Polícia Civil de São Paulo.

Este apelo é também dirigido à Comissão Especial que estuda os requerimentos, eis que há casos de dois a três meses de demora no exame desses papéis, com todos os inconvenientes daí decorrentes para os interessados.

Estamos seguros de que tanto os esforçados membros da Comissão Especial, que estudam os requerimentos, quanto o Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública, ao tomarem conhecimento deste apelo que lhes dirigimos desta tribuna, tomarão as providências necessárias para abreviar o exame daqueles documentos e para o despacho final, a fim de que os sacrificados elementos da Polícia Civil e da Guarda Civil possam receber o pagamento dessa gratificação por serviços prestados nas guarnições especiais.

Era o que tínhamos a dizer, Sra. Presidente, com relação a este assunto.

— (Assume a Presidência o Sr. Costabile Romano)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra a nobre deputada Conceição da Costa Neves.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados,

Sr. Presidente, Raquel de Queiroz, é um nome que honra as letras deste País, um nome que já deixou de ser do Brasil. É conhecida, lida e admirada em muitos países da Europa e em todos os da América do Sul. Essa mulher extraordinária, que tem o privilégio de uma extraordinária inteligência, acaba de escrever, na sua tradicional e apreciadíssima última página de "O Cruzeiro", dois artigos que, se ainda fosse necessário, bastariam para consagrar essa mulher que é glória nossa.

Raquel de Queiroz chama a atenção do mundo democrático para um livro escrito também por uma outra mulher extraordinária — livro escrito no cárcere, durante 7 anos, que traz mesmo esse título "Sete anos de prisão" — por uma mulher que chegou a uma idade avançada — mais de 70 anos — e que resistiu nesse cárcere, heróicamente, enfrentando a fúria comunista. E, pela sua inteligência, venceu essa fúria, que é fúria do desencadeamento da bestialidade, da negação dos bens melhores e maiores da criação humana.

Raquel de Queiroz, escrevendo sobre essa extraordinária mulher, presta um serviço enorme à democracia que representamos, que amamos e que devemos defender.

Peco a V. Exa., Sr. Presidente, em homenagem aos Anais desta Casa, a transcrição destes dois extraordinários artigos desta mulher que é glória, é entusiasmo, é vaidade não apenas para as mulheres do continente, mas para toda a humanidade: Raquel de Queiroz!

N. da T. — Os documentos a que se refere a oradora vão publicados no final da sessão.)

O SR. PRESIDENTE — Deferido o pedido de V. Exa.,

Tem a palavra o nobre deputado Oswaldo Santos Ferreira.

O SR. OSWALDO SANTOS FERREIRA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, está de parabéns a administração pública estadual e especialmente a laboriosa classe dos dentistas do Estado, pela recente decisão do Sr. Governador e do Sr. Secretário da Educação, de reconduzir o Dr. Guilherme Gomes à chefia do Serviço Dentário Escolar.

O ilustre profissional, que há tantos anos vem dando o melhor de esforços e toda a sua dedicação à causa pública, é, sem dúvida, a pessoa mais indicada para a condução daquele importante serviço.

Alçando os seus profundos conhecimentos dos assuntos atinentes àquela repartição à sua capacidade de trabalho e ao bom nome e grande amizade que soube granjear no seio da classe, é ainda o Dr. Guilherme Gomes possuidor de apreciável cultura e largo discernimento, adquiridos na lida constante com a coisa pública, seja como administrador, seja como parlamentar brilhante que foi nesta Casa, onde, mereceu de seus méritos, de sua inteligência e de sua lianeza de trato, galgar o alto posto de Vice-Presidente.

Justifica-se, portanto, o júbilo e a alegria com que foi recebida pela classe a sua recondução à chefia do Serviço Dentário Escolar, júbilo e alegria esses do qual prazerosamente participamos, pois sabemos que essa medida governamental, além dos proveitos de ordem administrativa que proporcionará, trará também o retorno daquele agradável ambiente de paz, de harmonia e de confiança entre os seus subordinados, requisitos tão importantes e tão necessários para que aquele órgão venha a produzir tudo o que pode, tudo o que ele espera o povo e a administração de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado José Costa.

O SR. JOSÉ COSTA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, muito se tem dito e escrito quanto à possibilidade de se estender o direito de voto aos pracinhas de pré. E por considerarmos justíssima a re-

vindicação dos soldados e cabos de nossa gloriosa Força Pública, formulada pelo seu Centro Social, e que nos encontramos nesta tribuna.

Os elementos dessa categoria militar continuam até a presente data impedidos de votar. E temos, então, essa situação estranha, anômala, em que estes bravos, que somam as centenas, são obrigados a se manter fora da demonstração da vontade popular nas urnas, por ocasião da renovação dos mandatos eletivos.

Indagamos de V. Exa.: não são eles como nós? Não têm eles as mesmas responsabilidades, em seus lares e também na corporação a que servem? Não sentem da mesma maneira que nós a brutal elevação do custo de vida, não acompanham, como todos os outros, atentamente, a nossa atuação e a de todos os políticos do país?

No entanto, estão os mesmos proibidos de votar, de manifestar-se quando dos pleitos eleitorais.

É justo, por exemplo, que um soldado ou cabo de nossa Força Pública, ou de qualquer outra organização militar, se mantenha em serviço durante anos e anos, bem servindo ao Estado, e não possa votar, enquanto todos os seus familiares têm esse direito na plenitude?

Não, Excelências. Esta situação precisa sofrer imediata alteração. É necessário que lhes estendamos esse sagrado direito, como o conferimos a todos os cidadãos deste grandioso Brasil.

Nestas condições, e reconhecendo de inteira procedência seus reclamos, que perduram há anos, formulamos um veemente apelo ao Congresso Nacional no sentido de que seja revogado o art. 132 da nossa Carta Magna, estendendo o direito de votar a todos os bravos militares componentes da nossa gloriosa Força Pública.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Avalone Júnior.

O SR. AVALONE JÚNIOR — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, está na ordem do dia a questão das empresas estrangeiras que, em nosso país, exploram os serviços públicos.

Depois da manifestação do Gabinete Ministerial a respeito da desapropriação das mesmas, o problema adquiriu nova evidência e se tornou assunto obrigatório de todas as manifestações.

Realmente, Srs. deputados, não vemos porque o assunto não tivesse sido, há mais tempo, equacionado com a mesma precisão, como o foi agora, pelos órgãos dirigentes da Nação. Não se podia compreender mesmo, como inúmeros serviços públicos, alguns dos quais de fundamental importância para a economia popular, continuassem todos estes anos com sua exploração dependendo ou sendo feita por empresas estrangeiras.

Dai a razão porque muitos desses serviços, embora necessários e indispensáveis ao bem-estar do povo e aos interesses econômicos do País, não tivessem acompanhado o desenvolvimento do Brasil e o crescimento da sua população. Pelo contrário, Srs. deputados, o atraso em que ficaram alguns desses serviços, apesar de seus contratos especificarem obrigatoriedade de expansão, prejudicaram e continuam prejudicando o nosso desenvolvimento, especialmente naqueles setores em que o empreendimento estrangeiro exerceu sempre atividade monopolista.

Energia elétrica, gás, telefones, são o exemplo clássico de serviços públicos, cada dia mais caros, em completo atraso em relação aos existentes hoje nas grandes cidades das nações adiantadas e inteiramente insatisfatórias às populações das principais cidades brasileiras.

Somos, portanto, completamente favoráveis à desapropriação ou à encampação das empresas que exploram serviços públicos no Brasil. Entretanto, entre este louvável desejo, que é por certo o da maioria absoluta do povo brasileiro e a realidade do nosso País, interpõe-se uma situação que reclama ponderação, estudos e análises para que se possam efetuar essas desapropriações sem a preocupação de que venham a causar transtornos especialmente agora, quando graves problemas econômicos e financeiros assoberbam a nossa Pátria.

Consideramos que esta não seja a ocasião oportuna para se levar a efeito as referidas desapropriações. Vivemos uma época intranquila, com o País atingindo o déficit de cerca de quinhentos bilhões de cruzeiros no seu orçamento, ocasionando perturbações sociais as mais diversas. Por outro lado, não nos adianta encampar empresas que, por sua deficiência técnica, necessitam ser inteiramente reaparelhadas, requerendo, para isso, investimentos de grossas e formidáveis quantidades de dinheiro.

Por acaso não estamos sofrendo nós, os brasileiros, as terríveis agruras penurias decorrentes de encampações feitas a "trouxa mocha" como diz a gíria, sem as cautelas para as suas consequências, como é o caso da Rede Ferroviária Federal, cujo déficit alcança, neste momento, a quarta de quase setenta bilhões de cruzeiros? E os déficits com as companhias nacionais de navegação marítima, cujas somas apavoram pelo seu volume?

Estas experiências devem, portanto, chamar a atenção do Poder Público para o problema das desapropriações programadas, aconselhando a esperar melhor momento para que sejam finalmente efetuadas.

Este é o nosso pensamento e acreditamos seja também, o das pessoas de bom senso.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jethero de Faria Cardoso.

O SR. JETHERO DE FARIA CARDOSO — Sr. Presidente, Srs. deputados, os jornais noticiam uma séria crise na Bolsa de Títulos de Nova Iorque, com prejuízo da ordem de 16 bilhões de dólares para os acionistas da indústria norte-americana. Sentem mesmo os grandes economistas que já estamos entrando na crise cíclica da estrutura capitalista ocidental. É uma crise independente da vontade dos homens. É o próprio regime que, acumulando lucros e privilégios nas mãos de poucos e miséria e baixo poder aquisitivo na maioria da população, atinge a tal ponto de acumulação que a crise social é inevitável.

O que precisamos, no entanto, Sr. Presidente, é lembrar que o nosso país pode procurar condições de livrar-se das consequências da crise norte-americana.

Em 1929, quando se deu a "crack" da bolsa de ações dos Estados Unidos, o resultado, no Brasil, foi a revolução de 30. Hoje, porém, já temos algum desenvolvimento da nossa indústria, já temos o campo socialista que poderá absorver grande parte dos nossos produtos. Já está no Rio de Janeiro a magnífica Exposição da União Soviética, que, se de um lado irrita os setores mais reacionários, os retardatários sociais, os agentes do imperialismo estrangeiro, de outro lado essa exposição demonstra que não se deve atrelar a nossa economia à economia falida, em decadência, do imperialismo norte-americano. Temos condições, talvez, se agirmos com muita presteza, com muita rapidez, de negociar com todos os países e não nos atrelarmos a uma economia em falência. Caso contrário, serão inevitáveis as lutas sociais as mais agudas, como acontece atualmente em Portugal, na Espanha e em vários países do campo ocidental.

Assim, Srs. deputados, lembro a V. Exas. que já alguns economistas ocidentais consideram a crise na Bolsa de Títulos de Nova Iorque, e na grande indústria siderúrgica norte-americana, a mais dura e profunda crise depois de 1929. E só o campo socialista, no mundo, pode socorrer a economia do campo ocidental, desde que os grupos que manejam a política, a economia, compreendam que há necessidade imperiosa da coexistência pacífica dos regimes diferentes que existem no mundo. Sem essa consideração principal, o caminho do exclusivismo levará, mais rapidamente, porém, mais penosamente, forma dolorosa que não desejamos — ao fim do regime capitalista, eis que, historicamente, já cumpriu a sua função, mas hoje está envelhecido, superado, constituindo-se em impedimento para o progresso. Trata-se de libertar as forças econômicas o que só é possível no socialismo mas que o parto seja sem dor, são nossos votos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Alfredo Farhat.

O SR. ALFREDO FARHAT — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, já está na hora de se pôr em pauta o projeto que oficializa os cartórios. O deputado que ora ocupa a tribuna há 16 anos nesta Casa outra coisa não tem feito senão apelar aos eminentes colegas no sentido de que resolvam de vez problema tão magno, tanto do ponto de vista jurídico como do humano. Por que razão vamos continuar assistindo de um lado um tabelião a ganhar dois milhões de cruzeiros por mês, e de outro lado um tabelião que não ganha nem o salário mínimo? A anormalidade social decorre exata e precisamente dessa situação. Até quando vamos assistir a passividade do Executivo diante desse problema? Então não é ele que comanda nesta Casa? Estamos aqui por acaso para dar um atestado de inequidade, de quem não conhece esta Casa como eu, há 16 anos? Aqui só passa projeto que o Chefe do Executivo quer, e se ele não quer, não passa mesmo. Haverá, porventura, algum colega que possa, em sã e honesta consciência, contradizir-me? E até quando vai durar isto? E quando há anormalidade aí fora, com atentados a democracia, intimamente estamos compreendendo seus motivos. Vamos, sim, Sr. Presidente, pôr em definitivo um parágrafo nisso, vamos colocar em pauta o projeto para que seja votado, favorável ou contrariamente mas que tenhamos uma oportunidade de defender a nossa tese.